



**ATA DA 4ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2022**

--- Aos vinte e seis dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, reuniu a Assembleia Municipal, em quarta sessão ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas dezoito horas, sob a presidência do senhor presidente da Assembleia Municipal, Hugo Miguel Carvalheiro dos Santos Costa, secretariada pelos senhores secretários Maria de Fátima Rodrigues da Costa Graça Duarte e Vasco Miguel dos Reis Marques com a seguinte Ordem de Trabalhos: - Intervenção do Público, de acordo com o nº 4, do Artº 38º, do Regimento da Assembleia Municipal; **PAOD; Ponto Um - Discussão e votação da Deliberação de Câmara, tomada em 31.08.2022 sobre a “Taxa de participação variável no imposto sobre o rendimento das Pessoas Singulares (IRS) para os rendimentos de 2023”,** ao abrigo disposições conjugadas dos nºs. 1 e 2 do artº 26º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, e da alínea ccc), do n.º 1, do artº 33º, do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e da alínea b), do nº 1, do artº 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; **(Grelha A de Tempos a que se refere o número 4, do Artigo 35º, do Regimento da A.M.); Ponto Dois - Análise e ponto de situação do processo de transferência de competências, nas áreas da saúde, habitação e educação; (Grelha A de Tempos a que se refere o número 4, do Artigo 35º, do Regimento da A.M.); Ponto Três - “Apreciação da Informação Escrita a apresentar pela Senhora Presidente da Câmara Municipal de Tomar”,** ao abrigo da alínea c), do nº 2, do Artº 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; **Ponto Quatro - “Outros Assuntos de Interesse para a Autarquia”,** ao abrigo da alínea k), do nº 2, do Artº 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. O Ponto 3 e o Ponto 4 terão discussão conjunta **(Grelha C de Tempos a que se refere o número 4 artigo 35º do Regimento da A.M.).** -----

--- Foi enviado ao senhor presidente da Assembleia Municipal o pedido de substituição do senhor deputado municipal António Rodrigues da Costa Graça, presidente da Freguesia da Sabacheira, do seguinte teor: *“Vimos por este meio solicitar a substituição do Presidente António Rodrigues da Costa Graça, pelo Tesoureiro Helder Fernando de Jesus Graça, a representar a Freguesia da Sabacheira em seu lugar, na 4ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, a realizar dia 26 de setembro (segunda-feira, pelas 18h00, no Salão Nobre dos Paços do Concelho.* -----
Com os melhores cumprimentos, O Presidente da Junta, António Rodrigues da Costa Graça”. -----

--- Na sequência deste pedido, foi substituído pelo senhor deputado municipal Hélder Fernando de Jesus Graça, cuja posse já lhe tinha sido dada em sessão anterior da Assembleia. -----

--- Foi enviado ao senhor presidente da Assembleia Municipal o pedido de substituição do senhor deputado municipal Paulo Alexandre Martins Mendes, do seguinte teor: *“Em virtude de por motivos pessoais estar impedido de participar na próxima Assembleia Municipal, agendada para o dia 26 de setembro de 2022, venho por este meio solicitar a minha substituição na referida Assembleia por Maria da Luz Lopes, segunda candidata na lista que o Bloco de Esquerda apresentou à eleição para a Assembleia Municipal de Tomar. A camarada Maria da Luz Lopes tem conhecimento deste meu pedido de substituição e pode ser contactada através do email e do telemóvel.* -----
Com os melhores cumprimentos, Paulo Mendes”. -----

--- Na sequência deste pedido, tomou posse a senhora deputada municipal Maria da Luz Alves Lopes, portadora do Cartão de Cidadão nº 5394806. -----

--- Estiveram presentes nesta sessão, para além da Mesa da Assembleia, os senhores deputados municipais: João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro; Ana Catarina Carvalheira do Rosário Pereira; Célia Maria Nunes Azevedo Bonet; Susana Alexandra Ferreira Faria; António Manuel Lourenço dos Santos; Ricardo Jorge Martins Carlos; Nuno Miguel da Silva Ferreira; Maria Graciete da Purificação Reis Henriques Honrado; Américo Matos Fernandes Costa; Bruno Vítor Domingos Graça; Maria da Luz Alves Lopes; Pedro Miguel dos Santos Lopes Pereira; Pedro Duarte de Almeida Estanqueiro e Cunha de Carvalho; Francisco Pires da Silva Carvalhão Tavares; Miguel José Costa Coelho Rodrigues; Alexandre Manuel Cardoso Antunes; Maria de Fátima Mendes Jacinto; Sílvia Paula Rosa da Silva; Carlos Manuel da Graça Simões Rodrigues; Francisco José Godinho Santos; Rui Cardoso Lopes; Amâncio Sequeira Ribeiro; António Marques Vicente; Hélder Fernando de Jesus Graça; Jorge Miguel Marques Pereira Graça; João Luís Cardoso Alves; Luísa Maria da Conceição Henriques; Américo da Conceição Pereira e Augusto Manuel Barros Alves. -----



--- Estiveram presentes, em representação da Câmara, o senhor vice-presidente, Hugo Renato Ferreira Cristóvão; a senhora vereadora, Maria de Lurdes Ferronau Fernandes; o senhor vereador, Tiago Manuel Henriques Carrão; o senhor vereador, Luis António Antunes Francisco e o senhor vereador, Hélder Duarte Henriques. -----

--- Faltou a senhora a senhora presidente, Anabela Gaspar de Freitas. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para Intervenção do Público de acordo com o nº 4, do Artº 38º, do Regimento da Assembleia Municipal, verificando-se as intervenções dos seguintes munícipes: -----

--- Rui Cardoso, fez uma intervenção do seguinte teor: *“Nascido em Tomar, tem vinte e seis anos, fez o ensino secundário em Tomar, e posteriormente entrou no ensino superior em Lisboa. Desde os 9 anos que representa um clube desportivo tomarense. Começou pela Escola de Futebol de Tomar, depois o União de Tomar e por fim IPTomar Rugby. Foi Presidente da Associação de Estudantes da Escola Secundária Jácome Ratton. A formação em Lisboa, é na área tecnológica, e decidiu voltar para Tomar, porque tem oportunidade de trabalhar remotamente, pois caso contrario não teria hipótese de encontrar emprego com condições competitivas, e continuar a viver na minha cidade. Voltando ao desporto, começou a andar de skate por volta dos onze anos, há quinze anos atrás e na altura, Tomar tinha já uma forte cultura de skate e um skatepark que, apesar não ser o melhor, apresentava condições razoavelmente boas. Durante estes quinze anos assisti em Tomar, a algo que só aqui vejo. Enquanto que muitas outras cidades, investiam em desportos e atividades ao ar livre, nós investíamos em passeadeiras. Enquanto o nível de skate em Portugal crescia exponencialmente, os skaters tomarenses perdiam a vontade de andar de skate por falta de condições. Bicampeões nacionais, tomarenses, alargaram a modalidade de um ano para o outro. Nos dias de hoje, aparecem novos skateparks em todos os cantos do país, e não precisamos de ir assim tão longe para ver isso. Ferreira do Zêzere, Chamusca, Entroncamento e até Vila de Rei, todas estas localidades têm skateparks, e é de notar que a comunidade skater destes quatro lugares, somada, é muito provavelmente menor do que a de Tomar. Curiosamente, no mesmo momento em que o skate se torna desporto olímpico, Tomar decide demolir o skatepark, deixando todos os praticantes sem um lugar para praticar. Deixo um apelo, em nome da comunidade skaters de Tomar, nós, os que estamos hoje aqui, e os que estão lá fora, somos muitos. Dêem-nos as condições que merecemos e que nos permitirão evoluir e introduzir novas gerações ao skate. Só queremos o nosso skatepark.”* -----

--- O senhor Vice Presidente da Câmara Municipal, começou por afirmar que, muitos dos presentes da comunidade skater sabem o ponto de situação do skatepark, e não existindo uma entidade formal, uma associação ou outra, tem sido acompanhado na prática, por alguém que vos representa e com quem temos dialogado, tanto na escolha da equipa projetista, como no conteúdo do parque, evitando os erros que o anterior apresentava. Gostaria que já tivesse pronto, e tal como outras obras, tem tido alguns retrocessos. Esteve projetado para um local, mas não havia autorização das Infraestruturas de Portugal, foi lançado um plano B, junto à ponte do Flecheiro, que necessitava de um parecer da Agência Portuguesa do Ambiente, que dificultou o processo. Entretanto e felizmente, com as Infraestruturas de Portugal (REFER), as coisas tornaram-se mais fáceis e, na mesma altura em que se conseguiu avançar para o parque de estacionamento, que já está construído, fez-se um acordo com as Infraestruturas de Portugal, para se poder fazer o parque, no espaço entre a estação de Caminho de Ferro e a Central de Camionagem. Demorou o seu tempo, também existiam pontos de formalização e a entrega do projeto, por parte do projetista, certamente estará concluído. Embora as Infraestruturas de Portugal, aceitassem na generalidade, logo que chegue o projeto, será lançada a obra e será firmado um protocolo escrito, já com o processo anexado, sendo uma formalidade já acertada. Terminou dizendo que, gostaria que tivéssemos o parque já amanhã, mas não o poderá afirmar, vamos ter de ir aguardando. -----

--- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao munícipe senhor Custódio Ferreira, que começou por afirmar que recebeu uma carta em que se sente lesado e roubado. Disse não representar ninguém e, perguntou aos responsáveis do concelho, se o querem transformar num dormitório ou colónia de reformados, porque desta forma é deitaram as pessoas fora e desertificaram o concelho e não contribuirão nada. Há concelhos em que pessoas são estimadas e acarinhadas, e têm prazer em arranjar qualidade de vida às pessoas, mas aqui não, têm prazer em destruir as pessoas. De seguida, dirigiu a palavra à senhora Presidente da União de Freguesias de Madalena e Beselga, dizendo que esteve presente com o programa do PS, pela qual foi eleita, e não vê lá nenhum imposto para os habitantes da Madalena, que ia lutar para isso e não o fez, pelo que é falta de carácter e coerência, e só tem um caminho, que é demitir-se, está lá a mais, porque não tem competência para esse lugar. Essas situações devem ser desmascaradas pelas populações, mas infelizmente passam o tempo nos cafés, a murmurar, e no local próprio não tem coragem de aqui estar. Fernando Pessoa



corria o país e alertava para os problemas que os concelhos tinham, e eram resolvidos. Fez um apelo aos órgãos de informação, locais e distritais, para que façam esse trabalho, para que este concelho saia do marasmo em que está mergulhado, para ter desenvolvimento e ganhar dignidade, porque senão qualquer dia serão cilindrados pelos vampiros do capitalismo, e desaparecem do mapa. Por último questionou, por que não há saneamento básico e passeios em Carvalhos de Figueiredo. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal em relação à última intervenção referiu que, não estamos numa Assembleia de Freguesia, para que uma Presidente de Junta seja questionada diretamente, e a mesma urbanidade que coloca aos senhores deputados municipais, que visam quase o ataque pessoal, solicita aos cidadãos que também o façam e, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, não aceita que qualquer deputado municipal, seja acusado de falta de carácter. -----

--- O senhor Vice Presidente da Câmara em resposta à intervenção do munícipe anterior, referiu que, quanto à Tejo Ambiente e ao pagamento do saneamento, seja pela via canalizada ou limpeza de fossas, independentemente da opinião de cada um, desengane-se quem achar que isto não vai ser para o país todo, o país é obrigado a isso, e não está escrito que este serviço terá de ser canalizado, é um serviço universal, é isso que está em causa, da cobertura do saneamento, o que não quer dizer que esse saneamento seja todo ele canalizado, e tem de haver soluções complementares e alternativas, e uma delas são as fossas, que sempre existiram, e não têm de deixar de existir de um dia para o outro. O que tem de haver, é um sistema universal, acessível a todo o cidadão, para permitir a limpeza dessa fossa, que é isso que a Tejo Ambiente e outras entidades no país, estão a fazer, que é garantir esse serviço, mas esse serviço tem de ser pago, e se não querem, dizem que não querem, ninguém é obrigado, e para o ter, têm de o pagar, é uma questão de justiça com todos os outros cidadãos. Independentemente da forma mais ou menos feliz como foi comunicada, a Entidade Reguladora, em que foi dito no seu parecer que devia ser obrigatório, a Tejo Ambiente, e bem, não o tornou obrigatório, mas vai ser assim no país, porque tem metas a cumprir. Quanto aos passeios, o concelho nem todo ele, os têm e, há casos mais evidentes que deles precisam, como a estrada de Paialvo, até à zona da antiga Adega Cooperativa, o projeto de Carvalhos de Figueiredo, até à zona industrial que está a ser feito, o que não quer dizer que seja concretizado todo de uma vez, e depois haverá zonas de fraseamento de intervenção. A obra do passadiço de S. Lourenço, está adjudicada, entre o fim das obras da Av. D. Nuno Álvares Pereira e a capela de S. Lourenço, e por não haver largura possível, o passeio vai ficar elevado sobre o rio, sendo que, houve obras que foram feitas, por acordo ainda com o falecido arq. Costa Rosa, na extensão da sua propriedade, com a demolição do muro e consequente recuo, e feitura do passeio. Está-se a trabalhar em continuidade, até à rotunda da zona industrial. Vai-se melhorar a zona de Valdonas. Disse não conhecer nenhum concelho com passeios na sua totalidade, porque também nem todas as estradas são para andar a pé, e é impossível fazer passeios em todas as estradas que existem. -----

--- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao munícipe senhor Júlio Estanqueiro, que começou por falar sobre uma taxa de saneamento, onde a Câmara nunca fez saneamento básico, sendo uma aberração, e levar a maioria pessoas de mais idade, que vivem no campo, com fracos rendimentos a terem de pagar novas taxas, para as vistorias, pagar a remodelação, porque são fossas muito antigas e não são adequadas às fossas impostas, e a Câmara devia pagar isso como um saneamento e, então levar uma taxa permanente. Disse ser uma violência, porque existem pessoas muito pobres, que vão ter dificuldades em pagar, e a influência que vai ter no rendimento dos cidadãos. O povo vota, e quando vota, não sabe o que lhe vai acontecer, e começa a não acreditar nos democratas, e começa a haver o crescimento do fascismo, como temos visto com o crescimento do CHEGA, se continuarmos a tratar assim as pessoas. -----

--- O senhor Vice-Presidente da Câmara respondeu que, o que está em causa é a obrigatoriedade da cobertura universal da possibilidade da limpeza das fossas, do saneamento, e não está escrito que tem de ser canalizado, porque não possível construir quilómetros de condutas. Ninguém é obrigado a pagar a tal cobertura, só o será, quando a Lei o vier a dizer, mas quando precisar, terá de contratar alguém para o fazer. -----

-- O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao deputado municipal Américo Costa, do Partido CHEGA, para defesa da honra, que afirmou que ficou ofendido por lhe ter chamado fascista, porque o CHEGA não é um partido fascista, e a CDU que é um partido que o senhor deve ser conotado, é um partido estalinista e se formos a comparar fascismo, nazismo ou estalinismo, garanto que o estalinismo foi muito pior do que esses dois que eu condeno. -----



--- Não havendo mais inscrições, o senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu à aprovação a Ata da 2ª Sessão Ordinária, realizada a trinta de abril de dois mil e vinte e dois, de acordo com o nº 3, do Artigo 34º, do Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro (Código do Procedimento Administrativo), abandonando a sala todos os senhores deputados municipais que não estiveram presentes na sessão a que ata diz respeito, tendo sido aprovada, por unanimidade, quando estavam presentes vinte e seis senhores deputados municipais, em situação de poderem votar. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu à aprovação a Ata da 3ª Sessão Extraordinária, realizada a dezassete de junho de dois mil e vinte e dois, de acordo com o nº 3, do Artigo 34º, do Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro (Código do Procedimento Administrativo), abandonando a sala todos os senhores deputados municipais que não estiveram presentes na sessão a que ata diz respeito, tendo sido aprovada, por unanimidade, quando estavam presentes vinte e três senhores deputados municipais, em situação de poderem votar. -----

--- Entrando no **Período de Antes da Ordem do Dia**, o senhor presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra, tendo-se verificado as seguintes intervenções: -----

--- Américo Matos Fernandes Costa, do Partido CHEGA, começou por ler as diversas moções que apresentou. -----

--- Francisco Pires da Silva Carvalhão Tavares, do CDS/Partido Popular, afirmou ter decidido não apresentar nenhuma moção, enquanto não perceber que aquilo que é apresentado nas sessões, tem algum efeito prático. Questionou o senhor Vice-presidente, a razão pela qual não publicou a sessão sobre o "Estado do Concelho". Questionou também, se já houve resposta, por parte do senhor Ministro do Ambiente, às questões colocadas. Sobre as reuniões por videoconferência, perguntou se já existem novidades, assim como sobre o plano de aproximação dos municípios à Assembleia Municipal, já discutido por diversas vezes em Comissão Permanente e em sessões da Assembleia. Questionou também, sobre a realização das reuniões das diversas comissões e, embora já tivessem reunido duas, já passou algum tempo e a continuar assim, vai acabar o mandato sem que algumas das comissões reúnam. Por último, referiu que, seria interessante fazer um estudo sobre as moções que foram aprovadas e perceber o que foi posto em prática, e o que a Câmara está a fazer com essas aprovações.

--- João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, do Partido Social Democrata referiu que, o partido já requereu à mesa o ponto de situação das moções, e até agora não obtiveram resposta, por parte da Câmara Municipal. Relativamente a uma moção apresentada e aprovada, na qual se solicitava a publicitação das reuniões da Assembleia Municipal, da disponibilização de um site do Município e de um item, para cada um grupo municipal, a resposta da senhora Presidente da Câmara Municipal, foi de que as reuniões já eram transmitidas online, e como tal, não há que haver cumprimento daquela deliberação. Como tal, solicitou que o senhor Presidente, enquanto presidente da Assembleia Municipal e, com a isenção a que está obrigado por Lei, diga o que vai fazer perante uma resposta assim, que é uma falta de respeito perante o órgão e, enquanto dirigente máximo da Assembleia, não deveria aceitar uma resposta destas. Lamentou que, ao ser agendado o ponto dois, não ter sido enviada qualquer documentação, pelo que não se vai chegar a conclusão alguma, sobre um problema que é a descentralização, e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, ao assinar a convocatória devia chamar a atenção para o envio dessa documentação. Disse votar favoravelmente as moções, e relativamente à moção de censura, à empresa Tejo Ambiente, disse estarem de acordo, mas propõe que seja acrescentado uma moção de censura, à governação PS da Câmara Municipal, que não fez quaisquer diligências visíveis, no sentido de ordenar a auditoria, conforme aprovada em Assembleia Municipal. -----

--- Bruno Vítor Domingos Graça, da Coligação Democrática Unitária, apresentou as moções respetivas e, relativamente à moção de censura à empresa Tejo Ambiente, procurou-se colocar o foco numa situação concreta, que passa não só pela CDU, mas também pelo PSD, pelas respostas que tem ou não tido, porque 2022 é um ano importante para a empresa Tejo Ambiente, está em causa ter resultados negativos, ou não, e no meio está a aprovação da revisão. Sobre sugestão do deputado municipal João Tenreiro, afirmou que a responsabilidade do executivo incide sobre o fato de não exigir as contas. Afirmou também que, o que não pode acontecer é que a CDU tenha apresentado dois requerimentos, solicitando dados sobre a execução orçamental, ao longo de 2022, e a resposta seja sempre adiada, ou que para outubro possam vir a responder que, enquanto deputados municipais responsáveis, e de acordo com os estatutos da empresa, torna inviável que possam acompanhar, fiscalizar e dar contributos sobre a execução orçamental de 2022. Segundo informação obtida em Comissão Permanente, parece que já nem é necessário obter saldo positivo, porque estará a ser preparada uma eventual exceção ao atual normativo, na qual permite que durante três anos poderá dar resultados negativos e, a ser assim, anda-se aqui a brincar. Disse votar a favor a moção do PSD,



sobre a luta dos enfermeiros. Sobre a Comissão de Educação, disse ser importante que trabalhe, é uma área muito importante e complexa para o concelho de Tomar, porque há questões que são colocadas no manifesto do estudante, sobre as quais disse estar de acordo, mas existe muito mais; que não ficam só pelo que lá está, lembrando a questão das refeições. Sublinhou que a Comissão tem de acompanhar esta situação das refeições, se estão a correr bem ou não, pelo que se tem de ir mais longe. Referiu a situação em que a PSP foi chamada à escola de Santa Maria do Olival, devido à distribuição de folhetos, no passeio, de uma determinada força partidária, por parte de alguns estudantes, pelo que abona pouco a favor das pessoas que dizem estar de acordo com o manifesto de uma escola mais democrática.

--- Ricardo Jorge Martins Carlos, do Partido Social Democrata, disse ter ficado um pouco perplexo, com a resposta do senhor Vice-Presidente, a propósito da intervenção dos jovens sobre o skate parque, quando diz que andam a tentar contactar com o gabinete projetista, quando se anda há anos para resolver este problema, que começa com a construção junto à estação do caminho de ferro, depois passa para junto do Lar da Misericórdia, e agora volta novamente para junto da estação, sublinhando que não vê o espaço compatível com as necessidades. Relativamente à questão dos munícipes que vão poder optar por não pagar a taxa de saneamento, e pelo que foi vinculado até hoje, nada diz que seja uma certeza e, se tem mais informação, gostava que partilhasse. Sobre a Comissão de Educação, afirmou que gostava de ir mais longe, mas teria de ser aprovado por todos, sublinhando que também, não tem os dados.

--- António Manuel Lourenço dos Santos, do Partido Social Democrata afirmou que há um ano atrás, incitou a senhora Presidente da Câmara a fazer mais e melhor, do que tinha feito até então, porque o saldo dos mandatos desta administração socialista, ao longo da última década, é alarmante, e em concreto, desaparecem de Tomar por mês, 36 habitantes. Mas a Presidente, e a sua equipa continuou a fazer mais do mesmo, e não quiseram fazer melhor, como tinham sido convidados a fazer, e continuaram a esquecer que, o que conta, é o legado que deixam e não as vitórias eleitorais que possam celebrar. Ao longo destes anos, não tiveram capacidade de fazer uma pausa, para pensar que cidade e concelho querem deixar às próximas gerações. Não foram, nem são capazes de resolver o problema da competitividade de Tomar, só com a competitividade, é possível dar segurança real às gerações mais velhas, e dar esperança e construir futuro às gerações mais novas. Mas a Presidente da Câmara, prefere talvez concentrar as energias noutras paragens e, por certo, na realização de muitos eventos e de muitas festas, e é este o problema de Tomar. A administração socialista desta Câmara, procura refúgio, por vezes, em superioridade moral, que gosta de exhibir, mas que não basta para se esquivar aos infortúnios, frequentes, do seu desempenho. Dos seus argumentos, consta o que não foi feito nos últimos dez anos, será feito a seguir, simples, ou então dos seus infortúnios guarda prudente e envergonhado silêncio. A presidente ensaiou, mais recentemente, resolver o problema da competitividade, numa declaração de intenções que nos dirigiu, fez apelo, com pompa, a uma certa política de habitação e, afirmou a esta Assembleia que, queria resolver a partir dela, todos os problemas do concelho de Tomar. Infelizmente nada se sabe da execução dessa suposta política, porque a presidência da Câmara, não tem capacidade para responder às perguntas concretas que lhe dirigimos, a esse propósito, ou não tem capacidade, ou não quer. No presente, porém, quer afirmar Tomar, como um polo de produção de hidrogénio verde, para promover o desenvolvimento sustentável do concelho (cito), e anuncia que o território vai receber fundos, para a aquisição de um *cluster* de produção de hidrogénio. Confirma assim a senhora Presidente, que é especialista em anunciar medidas, que depois são pouco, ou coisa nenhuma. Queriam criar ninhos de empresas e novas zonas industriais, queriam criar emprego com atração de investimentos. Queriam muito e muita coisa, desde investimento israelita a investimento chinês, até queriam criar uma cidade inteligente. Estenderam a mão a fundos europeus, inventaram umas vezes, libertaram a imaginação outras vezes. Por fim, a quase hipocrisia do reforço do tecido associativo. Porque medidas e porque orçamentos, passa esse reforço do tecido associativo, para lá da generosa distribuição anual de subsídios, que medidas e que ações para reforçar o tecido associativo, uma pergunta concreta, que lhe deixo, senhor vice-presidente. Não têm responsabilidade em nada, encontro culpados em organismos do Estado, os que chumbam candidaturas ou que retiram competências, e na oposição, não fez, não faz e só atrapalha. Sejam os outros e as suas incompetências, seja lá quem for e o que for não esquecendo o PSD há dez anos atrás, sempre culpados. E é assim. que a Presidente se transcende, inaugura, discursa e improvisa e tudo e mais qualquer coisa serve para desviar culpa e distrair atenção. Os sinais de declínio, que já eram visíveis estão a ser ampliados por esta maioria, que se diz socialista. Também é promotora de festas, dizemos nós, e esse declínio da cidade e do concelho, aguarda-nos ao virar de cada esquina. A Presidente elogia o emprego que seja criado pelas empresas, mas não se sabe, e ninguém sabe o que faz de



válido e de concreto para as atrair. Nem se vê o emprego que tem sido criado. A senhora Presidente, apesar de inquerida sobre o assunto, opta por responder com dissertações dispare sobre um concelho que apenas existe na sua imaginação. Opta também, por promover entrevistas vistosas e pela produção de festas e arraiais, e por visitar e viajar. Vejamos, por exemplo, o que se passa pela limpeza das ruas e manutenção dos jardins – Tomar Cidade de Jardim. Ou com as estruturas de acolhimento ao turismo, que não existem. Avaliemos também, com o que se passa com a valorização do legado Templário – Tomar Cidade Templária. Diziam da valorização real do património, que a história nos legou, um deserto, com algumas derrotas por aí. As gafes têm sido a marca de água desta Câmara, que também quer fazer justiça por mãos próprias, desde o património que não documenta a propriedade, à expulsão de operadores do mercado, essas gafes fazem desconfiar que cada vereador executivo, que anda a fazer o que quer ou o que calha. A Presidente até denuncia, publicamente, a pouca coesão existente numa comunidade a que preside, quando devia ser ela a promover o reforço e a coesão que afirma que falta, o que é extraordinário. Mas falta principalmente, a capacidade de perceber que está a sentar os tomarenses em cima de um balão, muito frágil, e que se está a esvaziar, e que tem os maiores buracos, na falta do investimento produtivo e no êxodo da população. A verdade é que o concelho está, à semelhança desta Câmara, sem rumo. A Presidente não responde, ou responde vagamente às perguntas que temos dirigido. Apesar da soberania desta Assembleia, não ser compatível com essa indignidade, na postura da Presidente e da Câmara. Embaralha as perguntas, sacode-as, e produz resposta que são lenga-lenga, faz de conta. Perde dignidade nessas respostas, porque quem as dá, é só especialista em manipulação retórica. Já nos respondeu, a senhora Presidente, dizendo que isto é democracia, seja então, mas que assuma, ou falta de capacidade, ou de vontade, para responder, mesmo em democracia. O que parece, é que esta administração socialista espera que as festas e eventos, em que é especialista, sejam triunfos no meio do declínio do concelho. Mas os anos passam, os milhões também, e os problemas permanecem, são os mesmos e agravam-se. Fica a certeza que o dinheiro pode ser bastante, mas o desperdício é muito. Fica também a certeza que há muito em falta. E o caso da Tejo Ambiente, é paradigmático de tudo isto. A empresa que foi presidida, pela Presidente da Câmara de Tomar, até recentemente, nem sequer é capaz de cumprir com o que os seus estatutos lhe determinam, e a vergonha que é, a Tejo Ambiente na incapacidade em responder e em cumprir às obrigações estatutárias. A empresa ou os seus responsáveis, certo é que demonstram falta de capacidade de gestão, e de competência para cumprir, e disso somos testemunhas se houver dúvidas. E falta também à Câmara, capacidade de controle de dinheiro, que para lá transfere e depois, ou paga o consumidor, como é o caso atual, da muitíssima água que é perdida, mas paga, em que a empresa não é capaz de explicar como é que está a contrariar os 50% de água que perde e que todos nós pagamos. Pagamos o dobro daquilo que devíamos pagar. Ou então, se não paga o consumidor, paga o contribuinte, nas transferências decididas e realizadas, a partir do orçamento Municipal. A continuarmos assim, haveremos de perceber os resultados desastrosos do manancial de improvisos e festas e subsídios, que proliferam no concelho, satisfazem vaidades, e algumas dores aliviam, eventualmente, e também perceberemos que esta administração socialista da Câmara, bloqueia presentemente a modernização do concelho, quando pagarmos a fatura do desvio de verbas e de energias, para tantas festas e festanças. Em vez de travar, ou cortar despesa corrente, prefere minorar as despesas de investimento, que quase se limitam ao resultado de peditórios em Lisboa, em Coimbra ou em Bruxelas. Sem investimento consensual e dirigido, é impossível crescer, mas é possível fazer festas. É apenas possível minguar e empobrecer, que é o que está a acontecer. Esta administração não mostra sequer ter uma visão consistente para o concelho e para a cidade. Também parece que não existe no presente, uma presidência na Câmara, confunde-se tranquilidade, com inércia. Não há coordenação, e não se sabe para onde se quer ir. Não temos um plano de desenvolvimento para o concelho. Não há como unir e reunir as energias disponíveis, que vão sendo cada vez menos, tal a expressão do êxodo da população. Ninguém sabe que caminhos estamos a percorrer, ou onde queremos estar daqui a cinco, ou dez anos. Ninguém sabe. Estes mandatos socialistas vão ficar na história, como mandatos perdidos. Para responder à pergunta, o que queremos para o nosso concelho, já não valem os discursos do costume, de um concelho que não existe. O concelho está sem rumo. A ação política, é feita apenas de festas e arraiais, de eventos e subsídios. Tomar precisa de objetivos e de desígnios comuns, que sejam por todos partilhados. Precisa muito mais, que uma maioria absoluta e mandona, na Câmara Municipal. Há pessoas, e há certamente ideias. Falta consenso, e cabe ao executivo promovê-lo. Para isso é preciso liderança.



--- Maria da Luz Alves Lopes, do Bloco de Esquerda afirmou não se lembrar que alguma assembleia, tenha tido esta quantidade de moções, sendo um bom sinal de intervenção e de energia. Sendo a situação do nosso concelho, muito empobrecida, daí termos de ajudar e colaborar e criticar. As dificuldades, que já não são recentes, já vinham de vários anos de governação de centro / direita, e agora o governo PS, não está a fazer o que devia fazer, e o governo nas suas medidas anticrise ainda fomenta mais a crise. A comunidade de Tomar, tem de ter consciência disso, com o êxodo das pessoas, pelo que o Município tem de promover o emprego. Devia haver um programa de crise, em relação à questão económica, com um pacote de medidas, um congelamento das taxas possíveis, um reforço de um fundo emergência, para famílias em dificuldade, o movimento associativo que precisa de apoio, os pequenos comerciantes. Manifestou também muita apreensão por esta situação, pelo que terá de haver um plano na autarquia, durante os próximos dois anos. -----

--- Américo Matos Fernandes Costa, do Partido CHEGA (2ª intervenção) referiu que a vala da fábrica foi aberta, o que origina uma mortandade de peixe, e as pessoas necessitam da água para regar as hortas, quando não havia necessidade. Lembrou que, o açude de pedra, tem uma comporta que resolveria o problema, fazem as coisas da pior maneira, tendo-se voluntariado para resolver esse problema. Sobre as moções apresentadas, referiu que as votará favoravelmente. -----

--- Susana Alexandra Ferreira Faria, do Partido Socialista, sobre a intervenção do deputado municipal Lourenço dos Santos afirmou que, quem o ouvisse falar, parece que neste Município está tudo mal, e nada de bom tenha sido feito, para o futuro. Lembrou a habitação social, Flecheiro, ponte do Carril, disponibilidade financeira e a gestão dos recursos, que tem sido sustentada, com obras feitas e rigor orçamental. -----

--- Hugo Renato Ferreira Cristóvão, vice-Presidente da Câmara Municipal referiu que o que os senhores deputados municipais conhecem as competências do órgão de que fazem parte, e da Lei habilitante. Aquilo que é aprovado em PAOD, são opiniões, não são ordens ao órgão executivo, e as moções são opiniões e recomendações, tirando aquilo que é da estrita competência da Assembleia Municipal. Disse que se poderá concordar que a Lei está errada e, quando os dois principais partidos, há cerca vinte anos, chegaram a um acordo, na alteração da Lei Eleitoral, à última da hora, um deles, deu o dito por não dito e não se avançou com a alteração da referida Lei. -----

Referiu que, não existe um facebook do Município, mas sim uma página institucional do Município, e depois existem instrumentos de comunicação, do órgão executivo, assim como nos outros municípios. No facebook da Câmara Municipal, é colocada a ordem de trabalhos e é transmitida a sessão, tendo perguntado quantos municípios o fazem. Nada impede que a Assembleia Municipal possa ter o seu órgão de comunicação, não se podem confundir as coisas, e o resto é o trabalho político de cada partido, com os seus meios como sempre foi. -----

Relativamente às intervenções, cada um tem toda a legitimidade de ter as suas opiniões, existem, no entanto, algumas incoerências, embora perceba o estar favor ou contra, mas que sejam coerentes, exemplificando que, um dia dizem que a Câmara corta neste ou naquele evento, noutra gasta muito nos eventos, o deixa baralhado. As *Smart Cities*, e no momento em que se fala tanto de eficiência energética e de redução de custos, Tomar foi o primeiro município do país, a substituir toda a iluminação pública, por iluminação mais eficiente, barata, inteligente, e estamos sistematicamente a servir de exemplo a nível nacional, mas quase a generalidade dos edifícios e equipamentos municipais estão com iluminação led e eficiente, exemplificando com as torres iluminação do Estádio Municipal e só esta alteração, custou quase cem mil euros de investimento. Disse que foram referidas viagens dos membros do executivo, que comparando com o passado, com as comitivas para Bruxelas, Estados Unidos, Cabo Verde, todos os meses havia viagens, com muitas pessoas e quanto à utilidade, disse desconhecer. -----

Sobre a questão da sala de formação, disse que ainda não está montada a capacidade de usar essa sala para reuniões em videoprojeção, mas que sempre que necessário, todos os partidos aqui representados, podem pedir os espaços que entenderem e os equipamentos, para as atividades que entenderem fazer, dentro parte da boa prática democrática. -----

Sobre a questão da vala, reforçou a informação que a vala é privada, o que não quer dizer que o município, nos últimos anos, não tenha tentado alguma capacidade de conversação com a massa insolvente, mas infelizmente não tem sido viável, inclusivamente com a ponte, tendo-se disponibilizado para limpeza da vala, mas os proprietários não autorizaram. Actualmente estão a trabalhar no rio, a montante do açude de pedra, e jusante de Marianaia, e a montante houve necessidade, o que não é fácil devido às comportas, de conseguir baixar o caudal dessa vala. Sublinhou que, enquanto órgão público, dizer que as pessoas não podem regar as hortas a partir de uma vala e portas que são privadas, sugerindo o cuidado a ter com esses argumentos. -----



--- Francisco Pires da Silva Carvalhão Tavares, do CDS/Partido Popular (2ª intervenção), referiu que vai votar a favor de todas moções e, no que diz respeito à moção de censura da CDU à empresa Intermunicipal Tejo Ambiente salientar que, a gestão é difícil quando se começa a entrar em crise, porque caso contrario, não se aumentavam tarifários, e tudo se passava sem ir a público em geral e estava tudo bem. O difícil é que o Partido Socialista não sabe gerir um país e um concelho, em tempo de crise. Sobre a proposta do PSD, relativa ao investimento e emprego, questionou sobre o estado do gabinete de apoio ao investidor, embora saiba que a resposta seja sempre a mesma. Afirmou ser importante ter na Comissão de Educação a unanimidade, representando essa moção, e dizer à CDU que partilha da preocupação da democracia nas escolas, porque enquanto líder de uma juventude partidária, já viveu o mesmo, não podendo partilhar a informação política em escolas de Tomar. Disse não estar de acordo com o Partido Social Democrata, quando fizerem uma critica ao Partido Socialista sobre a sua moção e assim parabenizar o PS, por finalmente ter alguma posição nesta Assembleia Municipal, e se fosse maldoso, afirmar que o PS toma alguma posição, quando o a senhora Presidente da Câmara não está. -----

Sobre a intervenção da deputada municipal Susana Faria, relativamente ao estado do concelho, sugere que veja os vídeos em que se disse muitas coisas. Disse ter muito gosto em ver a deputada municipal Maria da Luz, do Bloco de Esquerda, e até estava a ter um discurso bastante responsável, sendo do Bloco de Esquerda, mas quando tocou no centro / direita, é que estragou a pintura, e falando pelo CDS, disse não receber lições de democracia do Bloco de Esquerda. Por último, em relação à intervenção do senhor Vice-Presidente, disse que não estava à espera de uma resposta deste tipo e quase ter tido saudades do discurso, com elevação, da senhora Presidente da Câmara, neste fórum. Questionou o senhor Presidente da Assembleia Municipal, e a bancada do Partido Socialista se concordam com aquilo que o senhor Vice-Presidente disse, se a opinião que foi discutida por todos, sobre o estado do concelho, não será importante para partilhar pelos tomarenses, na página institucional do município. E o que foi dito, é de uma gravidade gigante, e nunca pensou ver um Vice-Presidente da Câmara ter a arrogância de dizer que a página institucional, não deve ser utilizada para partilhar assembleias municipais, que é o órgão máximo no concelho, está na Lei, representam os tomarenses, e parece que se anda aqui a perder tempo, não servindo para nada. Por fim declarou que, como deputado municipal e tomarense, acabou por se sentir muito incomodado, com essas afirmações. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que, em Comissão Permanente, foi acordado pela senhora Presidente da Câmara Municipal, a colocação da sessão sobre o estado do concelho, na página institucional, não sendo necessário apresentar essa pretensão por escrito. -----

--- João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, do Partido Social Democrata (2ª intervenção) pediu que ficasse em ata, aquilo que o senhor Vice-Presidente disse, "as moções são opiniões", e gostaria que o senhor Presidente da Assembleia Municipal, responda se é da mesma opinião, que as moções são meras opiniões, porque se assim for, é tão ou mais grave, da pessoa que lidera o órgão executivo. Questionou o que estamos aqui a fazer, a aprovar moções, para depois vir um vice-Presidente, com toda a sua arrogância, e dizer que moções são opiniões, e depois ter de fazer o que a Assembleia aprova, salientando que são o órgão fiscalizador. Disse que era mais grave ainda, quando foi feito um requerimento sobre isso, porque houve uma resposta da parte da Câmara a dizer que a deliberação da Assembleia, em que foram chumbadas as contas da Tejo Ambiente, era nula. Afirmou que ao senhor Presidente da Assembleia Municipal se exige isenção pura, e ao senhor Vice-Presidente e ao executivo, exige-se respeito por este órgão. Disse que em nome do Partido Social Democrata, seja lavrado um protesto para a ata, por esta resposta arrogante, por parte do senhor Vice Presidente, e gostaríamos de ouvir do senhor Presidente da Assembleia Municipal se corrobora com o que o senhor Vice Presidente disse, que as moções são apenas opiniões. -----

--- Pedro Miguel dos Santos Lopes Pereira, do Partido Social Democrata, relativamente à intervenção dos jovens no início da sessão gostaria de questionar a Câmara, sobre o seguinte: houve uma situação em que a Câmara andou a correr atrás do prejuízo, nas obras do betão, e o plano de transição de actividades desportivas ficou na gaveta, e ninguém se lembrou disso e, agora, temos jovens, atletas federados, que não estão a ir às competições, por falta de condições para treinar, e a resposta da Câmara é mandá-los embora, esperem porque daqui a um ano ou dois teremos um skatepark. A questão é simples, se está previsto um plano de apoio e de transição, para que estes jovens possam continuar a exercer a sua atividade desportiva, em competições nacionais ou não, e não sendo uma questão de relevância para a Câmara, os jovens são descartados, com se viu aqui. -----



--- Susana Alexandra Ferreira Faria, do Partido Socialista (2ª intervenção) perante a insinuação que o senhor deputado municipal Francisco Tavares deixou no ar, afirmou que a bancada do PS não tem qualquer problema com a senhora Presidente da Câmara Municipal, e tem um bom relacionamento com o senhor Vice-Presidente. -----

--- Hugo Renato Ferreira Cristóvão, Vice Presidente da Câmara Municipal (2ª intervenção) reforçando o que já afirmou, a distinção entre sítio institucional do Município, que tem o separador da Assembleia Municipal, como de outras divisões, outras coisas são os instrumentos de comunicação, as vulgares redes sociais, que não são do Município, são do órgão executivo, e nada impede que a Assembleia Municipal também tenha, e não está escrito em lado nenhum que as redes sociais do órgão executivo, sejam usadas pelo órgão deliberativo, e pelos partidos políticos, agora no sítio institucional, deve estar tudo o que a Assembleia entenda. Referiu que, o deputado municipal João Tenreiro, sendo advogado sabe ler a Lei, e não é em Tomar, nem no país, é desde sempre, e nos dezasseis anos anteriores a atual governação, onde estão todas as moções que foram aprovadas, algumas foram executadas nesta governação, mas outras ficaram na gaveta e, se não é a verdade o que se disse, o que é a verdade e onde está escrito na Lei. Os órgãos têm bem definidas quais são as suas competências, e isso não é ter falta de respeito, pelo contrário, ter respeito é perceber o que é a competência de cada órgão, e disse muito bem quando afirmou ser um órgão fiscalizador, não é órgão executivo. Não é dizer façam isto ou aquilo, porque isso não é competência da Assembleia Municipal. -----

Sobre o skatepark, afirmou que, quando esta governação chegou, o espaço estava fechado há muito tempo, e realizaram-se algumas pequenas obras, para que estivesse minimamente de acordo com o que os atletas entendem como necessário, mas era muito deficitária as suas condições, e a maioria não ia para o parque da Nabância, era frequentado pelos mais miúdos. A situação da Praça de República, não é do tempo desta governação, é muito anterior e procurou-se outra solução, que teve contratemplos. Entretanto, talvez há um ano, chegou-se a acordo junto da REFER, e começou-se a trabalhar, os projetistas demoram muito tempo e embora não seja desculpa, mas tudo isto demora tempo. Lembrou que, Tomar tem muitas modalidades, e nem sempre é possível arranjar espaços e fazer uma obra. Está prevista essa obra, não é possível é dizer quando é. -----

--- Hugo Miguel Carvalheiro dos Santos Costa, presidente da Assembleia Municipal, em relação à questão da nulidade e, de acordo o que foi dito em Comissão Permanente, foi clara a resposta em que a decisão não tinha sido nula, porque se fosse dito, seria o primeiro a contestá-la, não poderia aceitar que a Assembleia Municipal tivesse uma deliberação nula, a própria Presidente das Câmaras afirmou que não era o que estava em causa. O que a Assembleia Municipal vota, é o Relatório de Atividades da Tejo Ambiente, e esse voto pode ser a favor, contra ou abstenção e, pode ser aprovado ou reprovado. O que se vota, é pois o Relatório de Atividades, não o valor acrescido, que a Câmara Municipal de Tomar tem de colocar à Tejo Ambiente, informação técnica partilhada pela deputada municipal Susana Faria, na Comissão Permanente, sendo que o único ponto agendado, foi o Relatório de Atividades. -----

Sobre as moções e, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, sou responsável por tentar para que as mesmas sejam cumpridas, em respeito a este órgão. E dando o exemplo da auditoria à Tejo Ambiente, a Assembleia Municipal tem o direito de solicitar uma auditoria a esta empresa. Em relação a todas as outras moções, disse saber que o PSD solicitou à Câmara Municipal o ponto de situação e, logo que venha dessa resposta, será dado conhecimento a todos os deputados municipais. Afirmou também que, a Assembleia Municipal deve pugnar pelo cumprimento das suas deliberações, caso seja possível, porque haverá muitas que não possam ser executadas e as responsabilidades serão assumidas como sempre foi feito. -----

--- João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, do Partido Social Democrata (3ª intervenção) perante a resposta do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, em que as moções são opiniões, questionou o senhor Presidente da Assembleia Municipal, se corrobora ou não, com essa afirmação e, se concordar, a questão da auditoria à Tejo Ambiente está resolvida, porque é uma mera opinião. Relativamente às moções, compete ao Presidente da Mesa e Secretários, ao receber as moções, com as quarenta e oito horas de antecedência, analisar se pode admitir ou não, e transformá-la em recomendação, e não pode dizer que algumas poderão não ser executadas, salientando poder haver recurso para o plenário. -----

--- Hugo Miguel Carvalheiro dos Santos Costa, presidente da Assembleia Municipal, afirmou defender que, as moções sejam levadas à prática, e são mais que uma opinião, e não faço do PAOD censura aos grupos municipais, em apresentar ideias e sob ponto de vista democrático, os partidos políticos têm direito de apresentar as suas posições, agora não sei se podem ser postas em prática, mas pugnei sempre pelo cumprimento das deliberações da Assembleia Municipal. Lembrou que, quando



era deputado municipal da oposição, pediu à Assembleia Municipal, para tomar posse o Conselho Municipal da Juventude, ao que o Presidente da Câmara afirmou que não tinha cumprido essa deliberação, não podendo aceitar isso, como não aceita que as deliberações não sejam cumpridas. --- João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, do Partido Social Democrata (4ª intervenção), afirmou que, não estamos a fazer uma discussão política sobre as moções, é evidente que os partidos políticos têm direito de apresentar as moções que quiserem, compete ao Presidente da Mesa, verificar se as mesmas são exequíveis, dentro das competências da Assembleia Municipal, e se verificar que são inexecutáveis, compete-lhe de a transformar em recomendação. -----

--- O senhor presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma moção do grupo municipal da Coligação Democrática Unitária, do seguinte teor: "Moção de censura à Empresa Intermunicipal Tejo Ambiente - De acordo com o definido nas alíneas e) e f), do artigo 26.º, cap. V dos Estatutos da Tejo Ambiente, a empresa é obrigada a facultar ao órgão deliberativo do Município de Tomar, os seguintes elementos tendo em vista o seu acompanhamento e controlo: ... «relatórios trimestrais de execução orçamental», «quaisquer outras informações e documentos solicitados para o acompanhamento da situação da Sociedade e da sua actividade, com vista, designadamente, a assegurar a boa gestão dos fundos públicos e a evolução da sua situação económico-financeira». - Todos conhecemos o percurso desta empresa nos seus dois primeiros anos de existência. Elevados prejuízos acumulados que obrigaram à transferência de subvenções de alguns milhões de euros por parte dos seis municípios que a integram, necessidade de em 2022 serem propostas profundas alterações ao seu Estudo de Viabilidade Económica e Financeira, aprovação de um novo tarifário dos seus serviços com aumentos que ultrapassam os 20% e que até pretendem cobrar serviços que não prestam. -----

Relembrar ainda que a Assembleia Municipal de Tomar aprovou por propostas apresentadas pelo Grupo Municipal do PSD (no ano 2021) e pelo Grupo Municipal da CDU (no ano 2022) a realização de auditorias externas à gestão da Tejo Ambiente que continuam por se concretizar. Parecia natural que todas estas circunstâncias levassem os responsáveis da Tejo Ambiente a alterarem a sua postura, cumprindo os estatutos da empresa, permitindo que os órgãos deliberativos dos municípios envolvidos fossem respeitados, disponibilizando como é sua obrigação, a informação necessária ao acompanhamento e controlo da situação económico-financeira da empresa o que seria, dadas as circunstâncias, particularmente importante neste ano 2022, ano em que legalmente a empresa pode ser obrigada à dissolução caso presente, de novo, resultados negativos. -----

Não foi esta a postura assumida pela Tejo Ambiente. ----- Em 13 de maio de 2022 o Grupo Municipal da CDU apresentou um requerimento solicitando «informação sobre Receitas e Despesas da Tejo Ambiente contabilizadas a 31 de março de 2022 e desvios verificados relativamente ao previsto no seu orçamento aprovado para o ano 2022». ----- A resposta a este requerimento é dada a 25 de Maio (dois meses depois): «... não nos é possível nesta data prestar a informação solicitada, porque o serviço financeiro está neste altura sem recursos humanos suficientes para assegurar o report de informação para o exterior, tendo que focar a sua disponibilidade nas tarefas diárias imprescindíveis. Contudo, está previsto realizar-se nos próximos semanas uma auditoria interna pelo ROC que acompanha a empresa, e elaboração do relatório respectivo, em detalhe. Nessa altura, se for ainda oportuno, partilharemos com o município esse relatório». Até hoje nada nos foi enviado. -----

Em 22 de junho de 2022 o Grupo Municipal da CDU apresentou um novo requerimento solicitando «informação sobre Receitas e Despesas da Tejo Ambiente contabilizadas a 30 de Junho de 2022». A resposta a este requerimento, foi dada a 8 de setembro (dois meses e meio depois) dizendo: «... a resposta ao ponto 1 do requerimento enviado pelo Grupo Municipal da CDU ao senhor Presidente da Assembleia Municipal de Tomar, só poderá ser respondido no decurso do mês de outubro». -----

Face a este comportamento dos responsáveis por esta empresa intermunicipal, que objectivamente recusam disponibilizar informação indispensável ao pleno cumprimento das competências dos membros deste órgão deliberativo, impedindo o conhecimento da evolução económico-financeira da empresa ao longo do ano 2022, o Grupo Municipal da CDU propõe que esta Assembleia Municipal aprove um voto de censura à Tejo Ambiente. Solicita-se ainda, que seja dado, conhecimento da presente moção às Assembleias Municipais dos outros cinco municípios que integram a empresa Tejo Ambiente e à Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo. -----

Solicita-se ainda, que seja dado, conhecimento da presente moção às Assembleias Municipais dos outros cinco municípios que integram a empresa Tejo Ambiente e à Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo". -----

Tomar 26 de Setembro de 2022. O Grupo Municipal da CDU Bruno Graça; Francisco Santos" -----



--- Não havendo mais inscrições o senhor presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada, por maioria, com dezoito votos a favor do Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária, Partido CHEGA, Bloco de Esquerda, CDS/Partido Popular e do deputado municipal Américo da Conceição Pereira, presidente da União de Freguesias de Serra e Junceira, dos Independentes do Nordeste e catorze abstenções do Partido Socialista. -----

--- O senhor presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma moção do grupo municipal da Coligação Democrática Unitária, do seguinte teor: *“Saudação aos Enfermeiros do C.H.M.T. - No passado dia 23 de agosto os enfermeiros do CHMT – Centro Hospitalar do Médio Tejo (mais de 800 profissionais) realizaram uma greve de 24 horas, que teve uma adesão superior a 90% nas três unidades hospitalares. As razões invocadas por estes profissionais de saúde do CHMT para justificarem a sua luta prendem-se com o facto de se sentirem fortemente prejudicados pela opção da Administração da instituição em não proceder à sua avaliação desde 2004 sendo que há outros Hospitais / Centros Hospitalares que já decidiram e concretizaram a correcta notificação dos pontos a todos os seus enfermeiros. E esta é uma condição indispensável para que possam aceder às progressões nas suas carreiras profissionais. Outros assuntos estavam e continuam a estar em cima da mesa das negociações, entre o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses e o Conselho de Administração do CHMT, como sejam a organização do tempo de trabalho que permita a conciliação da vida profissional com a pessoal, cumprimento do Regulamento de Horários negociado entre o Sindicato e a Administração do CHMT, vinculação definitiva de todos os enfermeiros com contrato a termo certo, atribuição de dias de férias, reivindicações que continuam por acordar. ----- Posteriormente, 61 enfermeiros do Serviço de Urgência do Hospital de Abrantes pediram escusa de responsabilidade alegando falta de profissionais para garantir a segurança dos cuidados prestados. – A Assembleia Municipal de Tomar, saúda nos enfermeiros do CHMT todos os profissionais de saúde que lutam pela resolução dos graves problemas do SNS que impedem milhares de portugueses de aceder aos cuidados de saúde de que necessitam e a que têm direito. É indispensável valorizar as carreiras e remunerações dos profissionais de saúde, combater a degradação das condições de trabalho que leva à saída de profissionais e impede a sua entrada em número suficiente, promover a autonomia das instituições, resolver os problemas de coordenação e organização dos serviços de saúde.* -----

Tomar 26 de Setembro de 2022. O Grupo Municipal da CDU, Bruno Graça; Francisco Santos”. -----

--- Não havendo mais inscrições o senhor presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, quando estavam presentes trinta e dois senhores deputados municipais. -----

--- O senhor presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma moção do grupo municipal do Partido CHEGA, do seguinte teor: *“Um minuto um de silêncio por Isabel II - No PAOD da 4ª Sessão ordinária da A.M. de Tomar, o deputado eleito pelo Partido CHEGA na Assembleia Municipal de Tomar, sugere um voto de pesar pela morte da Rainha Isabel II, «profundamente votada ao seu dever» e um «símbolo de dignidade, unidade, coragem e serviço». -----*

«O seu legado além-fronteiras é universal e permanecerá ao longo dos tempos como símbolo civilizacional de uma era democrática, de harmonia e de liberdade» (Cit. A.M.P.) ----- Sugerimos um minuto de silêncio, após a aprovação desta moção pela Assembleia Municipal de Tomar. O Deputado eleito pelo Partido CHEGA, Américo Costa”. -----

--- Não havendo mais inscrições o senhor presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada vinte e um votos a favor do Partido Socialista, Partido Social Democrata, Partido CHEGA, CDS/Partido Popular e onze abstenções do Partido Socialista, Partido Social Democrata e do deputado municipal Américo da Conceição Pereira, presidente da União de Freguesias de Serra e Junceira, dos Independentes do Nordeste. -----

--- O senhor presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma moção do grupo municipal do Partido CHEGA, do seguinte teor: *“Remoção de cabos de telecomunicações e eletricidade em fachadas das edificações urbanas - Esta moção apresentada pelo Partido CHEGA, tem como objetivo migrar as infraestruturas que se encontram colocadas nas fachadas dos edifícios para o subsolo, nomeadamente a da rede elétrica e da rede de telecomunicações, as quais apresentam riscos para a segurança e proteção dos municípios, prejudicam a estética das edificações, do espaço público e do património cultural. -----*

A crescente acumulação de cabos de telecomunicações e elétricos nas fachadas fronteiras das edificações, em Tomar, muitos deles obsoletos, leva-nos a questionar este executivo camarário, para quando a remoção destes cabos? -----

O deputado municipal eleito pelo Partido CHEGA vem apresentar a esta Assembleia uma moção que



visa a remoção de todo o tipo de cablagens obsoletas das fachadas das edificações urbanas, visto a ausência de medidas que libertem as fachadas dos edifícios. -----

Assim, propomos: -----

1. *Elaboração de um plano de necessidades para a remoção das estruturas obsoletas e sem utilização, os designados "cabos mortos" da rede elétrica e das telecomunicações;* -----

2. *O executivo da Câmara Municipal de Tomar deverá realizar diligências junto das empresas de telecomunicações para que estas procederem à remoção destas infraestruturas.* -----

O Deputado Municipal eleito pelo Partido CHEGA, Américo Costa". -----

--- Não havendo mais inscrições o senhor presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada, por maioria, com dezoito votos a favor do Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária, Bloco de Esquerda, Partido CHEGA, CDS/Partido Popular e do deputado municipal Américo da Conceição Pereira, presidente da União de Freguesias de Serra e Junceira, dos Independentes do Nordeste e catorze abstenções do Partido Socialista. -----

--- O senhor presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma moção do grupo municipal do Partido CHEGA, do seguinte teor: *"Preservação e valorização dos fontanários e fontes de Tomar - A água tem desempenhado um fator naturalmente importante na história da cidade e do concelho de Tomar. O rio Nabão e suas ribeiras desempenharam um papel fundamental na criação e crescimento do concelho, mas também é um bem essencial para o homem.* -----

Na atualidade, estamos perante um período de seca e escassez de água. -----

Os fontanários e fontes, que careceram de muita mão-de-obra e recursos, destinavam-se também a celebrar e recordar as conquistas de Tomar e tornaram-se assim monumentos, ou seja, são o testemunho da nossa história, cultura, sendo justificado a sua manutenção e proteção. -----

Tomar dispõe de diversos tipos de fontes e condutas, que asseguram água potável às populações e contribuem para a vitalidade, identidade e decoração dos espaços públicos. -----

Esta moção tem como objetivo: -----

1. *Manter atualizado o inventário e a caracterização do património urbano disperso, relacionado com o abastecimento de água potável em Tomar, com vista à sua proteção, conservação e promoção.* -----

2. *Restauração e reparação física e mecânica das fontes e fontanários de Tomar, contribuindo para a valorização deste património cultural.* -----

3. *Desenvolver um roteiro das fontes e fontanários de Tomar. Cooperar com outras organizações, relacionadas com a gestão da água e património. Promovê-lo junto de operadores turísticos e instituições de ensino.* -----

4. *Sugerimos ainda: Que o assunto para discussão, seja enviado à Direção-Geral do Património Cultural; ao Centro Cultural Nacional; à Agência de Regulação da Água e dos Resíduos; e à empresa Tejo Ambiente.* -----

O Deputado eleito pelo Partido CHEGA, Américo Costa". -----

--- Não havendo mais inscrições o senhor presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada, por maioria, com quinze votos a favor do Partido Social Democrata, Partido CHEGA, CDS/Partido Popular e do deputado municipal Américo da Conceição Pereira, presidente da União de Freguesias de Serra e Junceira, dos Independentes do Nordeste e dezassete abstenções do Partido Socialista, Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda. -----

--- O senhor presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma moção do grupo municipal do Partido CHEGA, do seguinte teor: *"Redutores e Sinalização na localidade de Póvoa - A velocidade é um dos principais fatores de risco nos acidentes rodoviários. Está diretamente relacionada com a ocorrência dos acidentes e conseqüentemente com as lesões que podem resultar desses acidentes. A taxa de sinistralidade em Portugal continua a ser das mais elevadas da Europa e segundo dados da Proteção Rodoviária, o excesso de velocidade é a infração mais cometida pelos portugueses. Em casos de atropelamento, a velocidade é decisiva para a sobrevivência dos pedestres.* -----

Na estrada municipal 526, na localidade da Póvoa, freguesia de Além da Ribeira e Pedreira, as viaturas circulam na grande maioria das vezes em excesso de velocidade, colocando em perigo os peões que se deslocam na berma da estrada. -----

Podemos verificar, que não existe qualquer tipo de sinalização, passarelas nem redutores de velocidade. -----

Segundo o Decreto Regulamentar de 6/2019, de 22 de outubro, «As zonas de residências ou de coexistência, concebidas para o trânsito, devem ser sinalizadas como tal, justificando-se a criação de um sinal de informação de zona residencial». -----

Segundo o artigo 4 alínea e) da referida lei a «lomba redutora de velocidade – secção elevada da faixa de rodagem perpendicular ao seu eixo, afetando a largura desta, com carácter não temporário,



dimensionada com o objetivo de induzir nos condutores a adoção de uma velocidade de circulação mais reduzida dos veículos, num determinado local da via.» -----

O descontentamento da população sobre esta situação já levou vários moradores a apresentarem queixa na comunicação social nacional, sugerindo a instalação de redutores de velocidade. -----

A moção do Partido CHEGA, pelo seu deputado municipal eleito, visa a colocação de sinalização adequada assim como de redutores de velocidade. -----

O Deputado eleito pelo Partido CHEGA, Américo Costa". -----

--- Não havendo mais inscrições o senhor presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada, por maioria, com quinze votos a favor do Partido Social Democrata, Partido CHEGA, CDS/Partido Popular e do deputado municipal Américo da Conceição Pereira, presidente da União de Freguesias de Serra e Junceira, dos Independentes do Nordeste e dezassete abstenções do Partido Socialista, Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda. -----

--- O senhor presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma moção do grupo municipal do Partido Social Democrata, do seguinte teor: *"Valorização da Praça de Touros de Tomar. A Praça de Touros de Tomar foi inaugurada em 24 de Maio de 1908 e trata-se de um edifício de grande valor artístico, numa arquitetura clássica na fachada e no exterior, dando grande beleza à zona onde se encontra instalada.* -----

A proprietária, Santa Casa da Misericórdia de Tomar é uma instituição com História e com futuro. Instituição de "todos nós", foi fundada em 1510 pelo Rei D. Manuel I, a qual emprega neste momento mais de 150 trabalhadores e responde a diversas exigências sociais com aproximadamente 250 utentes. -----

É necessário, porém, valorizar aquele espaço, dando-lhe maior dinâmica e aproveitamento, adequando aquele espaço de excelência à atualidade. -----

Assim sendo, a Assembleia Municipal de Tomar, reunida a 26 de setembro de 2022, delibera que a Câmara Municipal estabeleça um protocolo de colaboração com a Santa Casa da Misericórdia de Tomar, no sentido de elaborar um projeto de reabilitação para a Praça de Touros. -----

Esse projeto terá como objetivo tornar o espaço num local que possa proporcionar também outros eventos, à semelhança, do que acontece noutros espaços idênticos, nomeadamente da Praça de Touros de Almeirim e na Praça de Touros do "Campo Pequeno". -----

Assim, deverá ser agendada uma reunião com um representante da Câmara Municipal e dois representantes da Assembleia Municipal, a indicar pela Comissão Permanente, que possa vir a reunir com um representante da Santa Casa, de forma a estabelecer um conjunto de princípios para o início do procedimento. -----

Tomar, 23 de setembro de 2022. O Grupo Municipal do PSD". -----

--- O senhor deputado municipal João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, do Partido Social Democrata informou que se ausentaria da sala, durante a discussão e votação desta moção, devido ao fato de fazer parte dos órgãos sociais da Santa Casa da Misericórdia de Tomar. -----

--- Não havendo mais inscrições o senhor presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido rejeitada, com quinze votos contra do Partido Socialista e Bloco de Esquerda, treze votos a favor do Partido Social Democrata, Partido CHEGA e CDS/Partido Popular e três abstenções do da Coligação Democrática Unitária e do deputado municipal Américo da Conceição Pereira, presidente da União de Freguesias de Serra e Junceira, dos Independentes do Nordeste. -----

--- O grupo municipal do Bloco de Esquerda, apresentou uma declaração de voto do seguinte teor:

"Declaração de Voto do Bloco de Esquerda relativo à moção apresentada pelo PSD à 4.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Tomar, intitulada: **"Valorização da Praça de Touros de Tomar"**

1. *O Bloco de Esquerda considera os eventos tauromáquicos atividades violentas inadmissíveis que envolvem maus tratos a animais (tours e cavalos), hemorragias e utilização de armas potencialmente letais, como espadas e bandarilhas". Por essa razão o BE propôs na AR que se legislasse no sentido de interditar a crianças e jovens até aos 18 anos a participação em touradas tanto como "artistas" ou "auxiliares" como espetadores, por ser a exposição das crianças e jovens a situações de violência um impacto emocional negativo que produz graves consequências na sua agressividade e ansiedade colaborando para a aceitação de comportamentos agressivos, como "normais".* -----

2. *Reconhecendo mérito à Santa Casa de Misericórdia de Tomar como entidade empregadora num concelho em que os empregos são escassos e também sem depreciar o caráter altruísta de algumas das cedências gratuitas da Praça de Touros para a realização de eventos solidários, como as galas equestres de apoio ao CIRE e culturais, como o recente espetáculo de Teatro "Viriato" pelo Fatias de Cá, afirmar que a SCM "é uma instituição de todos nós" é mera retórica.* -----



3. A Santa Casa da Misericórdia de Tomar, proprietário do equipamento não tornou pública qualquer intenção de alteração das condições da utilização da Praça de Touros, sendo assunto que não compete à Assembleia Municipal decidir. -----

4. Nas condições atuais, o Bloco de Esquerda considera não ser aceitável realizar obras custeadas pelo orçamento do Município na Praça de Touros, como em qualquer outro equipamento ou edifício, pertença de privados. -----

Pelas razões citadas, o Bloco de Esquerda vota contra. -----
26 Setembro 2022. Maria da Luz Lopes". -----

--- O senhor presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma moção do grupo municipal do Partido Social Democrata, do seguinte teor: "Por uma verdadeira Festa Templária -----

1. A Ordem do Templo representa para Tomar a sua génese. Em 1159 Dom Afonso Henriques doa esta terra, como comenda, à Ordem. Dom Gualdim Pais, Grão-mestre dos Templários, inicia em 1160 a construção do Castelo que viria a ser a sede dos Templários em Portugal. -----

2. As edições que se têm vindo a realizar da Festa Templária em Tomar, pretendem evocar o espírito Templário "que molda a história e o traçado da cidade de Tomar", conforme é amplamente divulgado pelo município, ao longo das suas iniciativas. -----

3. Entendemos, porém, que é necessário atribuir e conferir maior rigor histórico a este evento, não descuidando a "riqueza" desta Ordem Religiosa e os factos relevantes ao longo das várias épocas da nossa História. -----

4. Não podemos descuidar que a Ordem do Templo tem as suas raízes no contexto das Cruzadas. Para os cristãos do século XI, Jerusalém era o centro do mundo, a cidade santa que albergava o Túmulo de Cristo e a memória de grandes momentos da sua vida. -----

5. Tomar e os Templários estão intimamente ligados à fundação do Reino de Portugal. Assim sendo, a Assembleia Municipal de Tomar, reunida a 26 de setembro de 2022, exorta a Câmara Municipal a constituir um Conselho Consultivo Científico, composto por personalidades com competência reconhecida a nível local e nacional, no sentido de nortear, guiar e orientar este evento Templário, dando-lhe maior dignidade e rigor histórico, tendo como missão a elaboração de um Guião de apoio à organização deste mesmo evento. -----

Tomar, 23 de setembro de 2022. O Grupo Municipal do PSD". -----

--- Não havendo mais inscrições o senhor presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada, por maioria com catorze votos a favor do Partido Social Democrata, Partido CHEGA e CDS/Partido Popular e dezoito abstenções do Partido Socialista, Coligação Democrática Unitária, Bloco de Esquerda e do deputado municipal Américo da Conceição Pereira, presidente da União de Freguesias de Serra e Junceira, dos Independentes do Nordeste. -----

--- O senhor presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma moção do grupo municipal do Partido Social Democrata, do seguinte teor: "Pelo Investimento e pelo Emprego - O Partido Socialista, liderado por Anabela Freitas e Hugo Cristóvão, apresentou-se nas últimas eleições autárquicas com a bandeira da "Promoção do Desenvolvimento Económico". -----
Consustanciando esta bandeira com propostas como: -----

1. «Instalar incubadora de pequenas empresas»; -----

2. «Continuar a melhorar o Gabinete de Apoio ao Investidor»; -----

3. «Apoiar os investidores na hora, junto das instituições governamentais, associações empresariais e gestores de fundos comunitários»; -----

4. "Implementar a zona empresarial de Vale dos Ovos e requalificar a de Alviobeira/Pintado Sul". A verdade é que pouco ou nada tem sido feito para uma implementação real e concreta destas propostas. Exemplo primordial é a desistência do Centro de valorização do conhecimento. Recentemente os tomarenses depararam-se com declarações públicas surpreendentes da senhora Presidente da Câmara Municipal referindo que a atração de investimento tem sido feita e que é para continuar. No entanto, quando a mesma é questionada sobre o investimento efetivo, apenas apresenta a reabilitação urbana. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Tomar, reunida a 26 de junho de 2022 delibera apelar ao executivo socialista que adote as medidas urgentes necessárias suprarreferidas, com que se apresentou a eleições. -----

Tomar, 23 de setembro de 2022 O Grupo Municipal do PS". -----

--- Não havendo mais inscrições o senhor presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada, por maioria, com quinze votos a favor do Partido Social Democrata, do Partido CHEGA, do CDS/Partido Popular e do deputado municipal Américo da Conceição Pereira, presidente da União



de Freguesias de Serra e Junceira, dos Independentes do Nordeste, catorze votos contra do Partido Socialista e três abstenções da Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda. -----

--- O senhor presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma moção do grupo municipal do Partido Social Democrata, do seguinte teor: "Plano Municipal de Organização de Eventos 1. A Câmara Municipal tem vindo a organizar um conjunto de eventos, a qual entende que se trata de uma forma de atrair mais pessoas à cidade, dando-lhe maior dinamismo e atratividade. -----

2. Contudo, temos vindo a verificar que estes eventos são centralizados apenas na atividade da própria Câmara Municipal, retirando às Associações do concelho, em especial às da cidade, a possibilidade de serem elas próprias a organizar esses mesmos espetáculos, como forma de receita das suas instituições. -----

3. Obviamente que a Câmara Municipal dispõe de mais meios, não só financeiros, como logísticos, que lhe possibilita organizar estes eventos e festas, com maior facilidade. -----

4. Assim, as Associações vêm-se privadas de poderem ser elas próprias a fazê-lo, pois obviamente não podem "competir" com a Câmara Municipal, no sentido de organizar eventos da mesma natureza. -----

5. Assim sendo, é necessário devolver a iniciativa às Associações do Concelho, criando condições para que sejam as mesmas, em colaboração com a Câmara, a organizar tais atividades, de uma forma concertada e planeada. -----

6. Ganha o Município, pois proporciona uma maior dinâmica ao concelho através das suas associações, que por sua vez ganham "vida" e maior atividade, conseguindo ter eventos a menor custo e com a participação da comunidade. -----

7. Ganham as Associações, pois envolvem todos os seus associados e conseguem ter mais fontes de receita. -----

Assim sendo, a Assembleia Municipal de Tomar, reunida a 26 de setembro de 2022, delibera que a Câmara Municipal elabore todos os anos um Plano Municipal de Eventos, com todas as Associações do Concelho, de forma a harmonizar as atividades e a proporcionar que as mesmas sejam por elas organizados, com apoio do Executivo Camarário, não só financeiro, como logístico. -----
Tomar, 23 de setembro de 2022 O Grupo Municipal do PS". -----

--- Não havendo mais inscrições o senhor presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo-se verificado a seguinte votação: catorze votos a favor do Partido Social Democrata, Partido CHEGA e do CDS/Partido Popular, catorze votos contra do Partido Socialista e quatro abstenções da Coligação Democrática Unitária, Bloco de Esquerda e do deputado municipal Américo da Conceição Pereira, presidente da União de Freguesias de Serra e Junceira, dos Independentes do Nordeste. -----

--- Tendo-se registado empate na votação, o senhor presidente da Assembleia Municipal solicitou nova votação, tendo-se registado o seguinte resultado: catorze votos a favor do Partido Social Democrata, Partido CHEGA e do CDS/Partido Popular, catorze votos contra do Partido Socialista e quatro abstenções da Coligação Democrática Unitária, Bloco de Esquerda e do deputado municipal Américo da Conceição Pereira, presidente da União de Freguesias de Serra e Junceira, dos Independentes do Nordeste. -----

--- Na sequência de novo empate, o senhor presidente da Assembleia Municipal exerceu o seu voto de qualidade, mantendo a sua intenção de voto, votando contra, pelo que a moção foi rejeitada. -----

--- O senhor presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma moção do grupo municipal do Partido Social Democrata, do seguinte teor: "Por Serviços de Saúde de qualidade -----

1. O artigo 25º, de 1948, da Declaração Universal de Direitos Humanos define o direito à saúde: «Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários [...]»; -----

2. O Direito à Saúde baseia-se em quatro critérios fundamentais: disponibilidade, acessibilidade e aceitabilidade e qualidade; -----

3. O direito à saúde deve ser para todos sem qualquer distinção baseada no género, etnia, idade, origem social, religião, deficiência física ou mental, nacionalidade, estado civil, político ou outro; 4. Atualmente, os hospitais encontram-se com quadros de recursos humanos cada vez menos robustos e, por isso, mais dependentes dos médicos prestadores de serviços (muitos empurrados para esta situação por falta de vinculação aos quadros); -----

5. O Governo, não cumprindo o seu dever, prejudica à data de hoje cerca de 1 milhão e quatrocentos mil portugueses que estão sem médico de família; -----

6. Notícias dos últimos meses, de vários meios de comunicação social regional e nacional, apontam na região do Médio Tejo um défice de médicos que deixa 50 mil utente sem médico de família. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Tomar, reunida a 26 de junho de 2022 delibera exigir ao Governo e



em particular ao Ministério Saúde que: -----

1. Seja criada e defendida uma política de recrutamento e de retenção dos profissionais do SNS, que assegure a valorização da carreira - despoletando assim a motivação destes - e que assuma o reconhecimento e a compatibilidade com a vida pessoal e profissional de todos; -----
2. Introduza no SNS uma política de saúde mental, de saúde oral e de cuidados em fim de vida acessível a todos e de resposta célere; -----
3. Implemente uma política de saúde orientada para a prevenção da doença; -----
4. Sejam tomadas medidas urgentes e eficazes para se deixar de assistir, entre outros cenários negativos semelhantes, ao fecho das urgências hospitalares; -----
5. Se deixe de usar a pandemia e a guerra como desculpa para a falta de uma política estratégica e organizacional do SNS, quanto as listas de espera para cirurgias e consultas de especialidade vêm muito antes de 2020. -----
6. Que a descentralização não seja um meio de descentralização de competências e de problemas sem o devido acompanhamento de envelope financeiro constituindo assim um presente envenenado. Devendo esta moção ser enviada às seguintes entidades: -----

1. Presidência da República; -----
2. Conselho de Ministros; -----
3. Ministério da Saúde; 4. ACES Médio Tejo. Tomar, 23 de setembro de 2022". -----

--- Não havendo mais inscrições o senhor presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada, por maioria, com dezoito votos a favor do Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária, Partido CHEGA, Bloco de Esquerda, CDS/Partido Popular e do deputado municipal Américo da Conceição Pereira, presidente da União de Freguesias de Serra e Junceira, dos Independentes do Nordeste e catorze votos contra do Partido Socialista. -----

--- O senhor presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma moção do grupo municipal do Partido Socialista, do seguinte teor: "**Redução do Consumo Energético – MOÇÃO** - A redução da fatura energética deve ser uma preocupação de todos nós. Os recursos são escassos, pelo que de forma a reduzir a pegada Humana no meio ambiente, cabe a todos nós fazermos uma gestão cada vez mais cuidada e consciente dos recursos disponíveis. -----

A Câmara Municipal de Tomar tem tido uma atitude consciente e pró-ativa nesta temática, atitude essa que louvamos e de que foi exemplo a mudança das luminárias em todo o concelho. -----

Desta forma, solicitamos à Câmara Municipal de Tomar que mantenha essa atitude e que procure no âmbito da gestão municipal perceber onde e como é ainda possível reduzir o consumo energético. --- O amanhã começa-se a construir hoje e todos devemos procurar deixar um mundo melhor para o amanhã! -----

Tomar, 24 de setembro de 2022. O GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA". -----

--- Não havendo mais inscrições o senhor presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada, por maioria, com trinta e um votos a favor do Partido Socialista, Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária, Bloco de Esquerda, CDS/Partido Popular e do deputado municipal Américo da Conceição Pereira, presidente da União de Freguesias de Serra e Junceira, dos Independentes do Nordeste. e uma abstenção do Partido CHEGA. -----

--- O senhor presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma moção da Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Desporto do seguinte teor: "**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, JUVENTUDE, CULTURA E DESPORTO – MOÇÃO** - Manifesto do estudante - Por uma escola mais democrática. -----

No dia 5 de setembro de 2022 a Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Desporto da Assembleia Municipal de Tomar reuniu com o objetivo de ficar a conhecer o documento Manifesto do Estudante da autoria de alunos pertencentes às Associações de Estudantes das Escolas Santa Maria do Olival e Jácome Ratton. -----

Principais conclusões transcritas do documento: -----

O «Manifesto do Estudante: por uma escola mais democrática» apresenta-se assim como o reflexo das necessidades e das propostas dos jovens tomarenses para a sua cidade e para a sua escola. Enquanto manifesto, marca uma posição perante os problemas, estruturais e conjunturais, mas também se apresenta com soluções para esses problemas, indo para além de uma simples lista de queixas. A pioneira união entre as Associações de Estudantes da Escola Santa Maria do Olival e da Escola Jácome Ratton representa um esforço conjunto para cumprir da forma mais digna e dignificante a função para os quais foram eleitos: representar os estudantes. -----

É nesse sentido que, após a recolha de várias opiniões junto de alunos das duas escolas e após um esforço de discussão com várias entidades, apresentamos um documento que condensa toda uma



proposta de caminho a seguir no que diz respeito às nossas instituições de ensino. Dito isto, o caminho a seguir que este manifesto indica resulta de uma consciência coletiva acerca daqueles que são os problemas que mais afetam os alunos. -----

As quatro prioridades escolhidas como mote para a elaboração deste manifesto foram definidas de acordo com aquilo que é a realidade escolar. Para cada uma dessas prioridades, apresentamos a situação da forma mais concreta possível e apresentamos soluções. Sobre a sub-representação que os alunos têm na gestão escolar, propomos o assegurar dessa representação nos conselhos pedagógicos. Perante a destacada falta de funcionários nas escolas, apresentamos uma aposta na contratação de mais pessoal não docente, bem como a valorização do seu trabalho. Face aos problemas de saúde mental vividos pela comunidade escolar propomos um sistema que, através da consciencialização, identificação de casos e acompanhamento, pudesse pôr um travão no crescimento dos problemas psicológicos da população escolar. Além disso, ainda apontamos problemas em termos de condições técnicas nas escolas e apresentamos possíveis soluções. Apesar deste esforço conjunto entre as duas Associações de Estudantes e demais entidades e pessoas envolvidas, é agora exigida uma intervenção a outro nível. É preciso colocar em prática tudo isto. -----

Tendo em conta os procedimentos a que estamos sujeitos, estamos cientes que a aplicação destas medidas não será feita na exata medida das nossas propostas. Nesse sentido, queremos consolidar a ideia de este manifesto servir como o mote e o ponto de partida para aquilo que será uma negociação entre alunos, direções das escolas, câmara municipal, entre outras entidades competentes. Para além disso, é-nos de óbvia compreensão que este documento deve também servir como base para uma discussão pública, tanto junto das escolas como junto da comunidade do concelho, sobre as instituições de ensino em causa e o seu funcionamento, sobre os problemas dos jovens na nossa cidade servindo este debate público a causa de colocar em cima da mesa e na discussão da sociedade civil a educação no sentido lato e a importância da democracia nas escolas para a evolução dessa mesma educação. - Perante o facto de vivermos numa democracia representativa, cabe-nos agora esperar dos nossos representantes uma receptividade face a estas propostas e esperamos que o nosso trabalho não tenha sido em vão. Dito isto, é também importante realçar que esses mesmos representantes têm também uma responsabilidade perante os cidadãos e perante as suas propostas. A resposta que os órgãos decisórios derem a este manifesto também terá repercussões naquilo que é a confiança dos jovens nesses mesmos órgãos decisórios, não sendo este um fator passível de ser ignorado. Apesar disto, estamos perfeitamente cientes de que a consumação dos nossos objetivos só será conseguida através de uma mobilização significativa dos alunos e jovens desta cidade. -----

Assim e em jeito de conclusão, o «Manifesto do Estudante» representa uma intervenção firme dos jovens desta cidade tendo em vista a defesa dos seus direitos, tendo em vista a democracia agora e no futuro. Para construir esse futuro onde a pluralidade e a tolerância sejam vigentes é preciso colocar em cima da mesa ter a escola como meio e base para esse amanhã democrático e melhor. Por isso, apresentamos o «Manifesto do Estudante: por uma escola mais democrática». Assim, a Assembleia Municipal de Tomar, reunida a 26 de setembro de 2022 acompanha as problemáticas presentes no Manifesto do Estudante, sugerindo que sejam tomadas ações no sentido de amenizar os problemas explanados, enviando esta moção junto do manifesto para as seguintes entidades: -----

1. Câmara Municipal de Tomar; -----
2. Grupos Parlamentares da AR e deputados únicos; -----
3. Presidência da República; -----
4. Agrupamentos de Escolas Templários e Nuno de Santa Maria; -----
5. Direção-Geral da Educação; -----
6. Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares; -----
7. Ministério da Educação. -----

Tomar, 23 de setembro de 2022. A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, JUVENTUDE, CULTURA E DESPORTO". -----

--- Não havendo mais inscrições o senhor presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, quando estavam presentes trinta e dois senhores deputados municipais. -----

--- Entrando no Ponto Um da Ordem de Trabalhos - Discussão e votação da Deliberação de Câmara, tomada em 31.08.2022 sobre a "Taxa de participação variável no imposto sobre o rendimento das Pessoas Singulares (IRS) para os rendimentos de 2023", ao abrigo disposições conjugadas dos n.ºs. 1 e 2 do artº 26º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, e da alínea ccc), do n.º 1, do artº 33º, do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da alínea b), do n.º 1, do artº 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o senhor Presidente



18

da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra, tendo-se verificado as seguintes intervenções: Hugo Renato Ferreira Cristóvão, vice presidente da Câmara Municipal; Francisco Pires da Silva Carvalhão Tavares, do CDS/Partido Popular; Américo Matos Fernandes Costa, do Partido CHEGA; Pedro Miguel dos Santos Lopes Pereira, do Partido Social Democrata; Bruno Vítor Domingos Graça, da Coligação Democrática Unitária; Susana Alexandra Ferreira Faria, do Partido Socialista; Célia Maria Nunes Azevedo Bonet, do Partido Social Democrata; Maria da Luz Alves Lopes, do Bloco de Esquerda; Pedro Miguel dos Santos Lopes Pereira, do Partido Social Democrata (2ª intervenção); Francisco Pires da Silva Carvalhão Tavares, do CDS/Partido Popular (2ª intervenção); Susana Alexandra Ferreira Faria, do Partido Socialista (2ª intervenção); Francisco Pires da Silva Carvalhão Tavares, do CDS/Partido Popular (3ª intervenção); Susana Alexandra Ferreira Faria, do Partido Socialista (3ª intervenção); Bruno Vítor Domingos Graça, da Coligação Democrática Unitária (2ª intervenção); Hugo Renato Ferreira Cristóvão, vice presidente da Câmara Municipal (2ª intervenção); Francisco Pires da Silva Carvalhão Tavares, do CDS/Partido Popular (4ª intervenção); João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, do Partido Social Democrata; Pedro Miguel dos Santos Lopes Pereira, do Partido Social Democrata (3ª intervenção); Célia Maria Nunes Azevedo Bonet, do Partido Social Democrata (2ª intervenção); Hugo Renato Ferreira Cristóvão, vice presidente da Câmara Municipal (3ª intervenção) e Francisco Pires da Silva Carvalhão Tavares, do CDS/Partido Popular (5ª intervenção). -

--- Não havendo mais inscrições o senhor presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovado, por maioria, com trinta e um votos a favor do Partido Socialista, Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária, Bloco de Esquerda, CDS/Partido Popular e do deputado municipal Américo da Conceição Pereira, presidente da União de Freguesias de Serra e Junceira, dos Independentes do Nordeste e uma abstenção do Partido CHEGA. -----

--- O Grupo Municipal do Partido CHEGA, apresentou uma declaração de voto do seguinte teor: "**Taxa de participação variável no IRS para os rendimentos de 2023** - Declaração de Voto – Como é do nosso conhecimento a cidade de Tomar, na última década, teve uma perda de população em 10,44%. Torna-se imperativo adotar no concelho de Tomar políticas de apoio à fixação de habitantes e de empresas. Não chega adotar políticas de apoio à fixação tem também de existir a componente de empreendedorismo, para que o concelho não se torne apenas em dormitório, ou seja tem de existir políticas para a fixação de pessoas e criação de empregos. -----

Congratulamos esta iniciativa por parte do executivo que propõe a redução da taxa variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), para os rendimentos de 2023 em 4%. Mas não podemos concordar com a implementação da taxa de Turismo e o aumento das taxas de utilização pública. -----

Como é que este executivo socialista pode apregoar Tomar como cidade turística se pretende implementar mais uma taxa a quem pernoita na cidade? -----

Como querem criar condições às empresas se vão aumentar as taxas de utilização de espaço público? Como querem atrair residentes? -----

Será que este executivo socialista quer transformar Tomar em mais uma Berlenga da zona centro? --- Para o Partido CHEGA é inadmissível este tipo de taxas e taxinhas sendo estas uma forma fácil de receita prejudicando sempre os municípios. -----

O Deputado eleito pelo Partido CHEGA tomou a decisão de se abster na deliberação da Câmara Municipal de Tomar tomada em 31 de agosto de 2022 sobre a taxa de participação variável no IRS para os rendimentos de 2023. -----

--- Tomar, 26 de setembro de 2022. O Deputado Municipal eleito pelo Partido CHEGA, Américo Costa" -----

--- O grupo municipal do Partido Social Democrata apresentou uma declaração de voto do seguinte teor: "**Declaração de voto PSD – Assembleia Municipal - Taxa de participação variável** -----

É nos apresentada uma proposta que, com base na documentação disponível, aparenta ter origem no Chefe da Divisão Financeira. A proposta em causa, mais do que técnica e financeira, é política pelo que representa em termos de estratégia e política de benefícios fiscais, significando uma inversão da posição da governação socialista que, no final de 2021, rejeitou proposta idêntica dos Vereadores do PSD a aplicar na participação variável do IRS para 2022. -----

Importa, por isso, esclarecer a posição da governação socialista, nomeadamente, o alinhamento com a proposta do Chefe da Divisão Financeira que, não só propõe a redução da taxa de participação variável no IRS para 2023 de 5% para 4%, como propõe mecanismos para colmatar a perda de cerca de 360 mil euros de receita, através da implementação de uma Taxa de Turismo e o aumento das taxas a pagar pela utilização de espaço público. -----

Sabendo que em 2014 o Partido Socialista ensaiou medida idêntica de alívio fiscal às famílias tomarenses mas que prontamente retrocedeu nos anos seguintes, não podemos deixar de lamentar



que esta seja mais uma medida avulsa e não esteja enquadrada numa estratégia mais alargada de benefícios e incentivos fiscais, conforme proposta apresentada pelos Vereadores do PSD e aprovada. Uma vez que a presente deliberação vai ao encontro da política de incentivos fiscais que vem sendo defendida pelo PSD, votamos favoravelmente". -----

--- Entrando no **Ponto Dois** da Ordem de Trabalhos - Análise e ponto de situação do processo de transferência de competências, nas áreas da saúde, habitação e educação o senhor presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra, tendo-se verificado as seguintes intervenções: João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, do Partido Social Democrata; Francisco Pires da Silva Carvalhão Tavares, do CDS/Partido Popular; Hugo Renato Ferreira Cristóvão, vice presidente da Câmara Municipal; Bruno Vítor Domingos Graça, da Coligação Democrática Unitária; Hugo Miguel Carvalheiro dos Santos Costa, presidente da Assembleia Municipal; Ricardo Jorge Martins Carlos, do Partido Social Democrata; Francisco Pires da Silva Carvalhão Tavares, do CDS/Partido Popular (2ª intervenção); Hugo Miguel Carvalheiro dos Santos Costa, presidente da Assembleia Municipal (2ª intervenção); Hugo Renato Ferreira Cristóvão, vice presidente da Câmara Municipal (2ª intervenção); Maria Graciete da Purificação Reis Henriques Honrado, do Partido Social Democrata e João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, do Partido Social Democrata (2ª intervenção). -----

--- Entrando no **Ponto Três e Quatro** da Ordem de Trabalhos "**Apreciação da Informação Escrita a apresentar pela Senhora Presidente da Câmara Municipal de Tomar**", ao abrigo da alínea c), do nº 2, do Artº 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro e "**Outros Assuntos de Interesse para a Autarquia**", ao abrigo da alínea k), do nº 2, do Artº 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra, tendo-se verificado as seguintes intervenções: Ricardo Jorge Martins Carlos, do Partido Social Democrata; Francisco Pires da Silva Carvalhão Tavares, do CDS/Partido Popular; Célia Maria Nunes Azevedo Bonet, do Partido Social Democrata; Pedro Miguel dos Santos Lopes Pereira, do Partido Social Democrata; António Manuel Lourenço dos Santos, do Partido Social Democrata; Maria Graciete da Purificação Reis Henriques Honrado, do Partido Social Democrata; Américo Matos Fernandes Costa, do Partido CHEGA; Hugo Renato Ferreira Cristóvão, vice presidente da Câmara Municipal; Célia Maria Nunes Azevedo Bonet, do Partido Social Democrata (2ª intervenção); Pedro Miguel dos Santos Lopes Pereira, do Partido Social Democrata (2ª intervenção); Francisco Pires da Silva Carvalhão Tavares, do CDS/Partido Popular (2ª intervenção); António Manuel Lourenço dos Santos, do Partido Social Democrata (2ª intervenção); Ricardo Jorge Martins Carlos, do Partido Social Democrata (2ª intervenção); Hugo Renato Ferreira Cristóvão, vice presidente da Câmara Municipal (2ª intervenção); Célia Maria Nunes Azevedo Bonet, do Partido Social Democrata (3ª intervenção) e Hugo Renato Ferreira Cristóvão, vice presidente da Câmara Municipal (3ª intervenção). -----

--- As Deliberações tomadas nesta sessão foram aprovadas em minuta. -----

--- Nada mais havendo, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos, dos quais foi lavrada a presente ata que, depois de lida, vai ser assinada por mim, Maria de Fátima Rodrigues da Costa Graça Duarte, Primeira Secretária, que a redigi e pelo Presidente da Mesa. -----

Presidente da Assembleia Municipal,

Hugo Miguel Carvalheiro dos Santos Costa

A Primeira Secretária,

Maria de Fátima R. da Costa Graça Duarte

(Maria da Luz Alves Lopes)

